

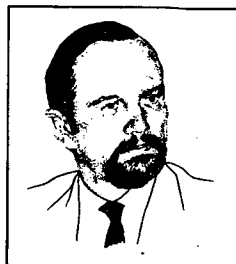
GILBERTO DUPAS

ESTADO DE SÃO PAULO

A guerra dos números

25 MAI 1996

O governo diz que o desemprego no Brasil é baixo e esteve em queda nos últimos três anos. Compara os nossos atuais 5% com 6% dos EUA e 12% da União Européia. Os partidos de oposição, por sua vez, garantem que as taxas são crescentes e superiores a 15%. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) afirma que o pessoal ocupado na indústria se reduziu em 11%, nos últimos 12 meses.



Tudo depende do método e das convenções sociais utilizadas

O Ministério da Fazenda prova que o rendimento médio real das pessoas ocupadas cresceu 30% e o salário mínimo se elevou 73% desde o Plano Real. A central Única dos Trabalhadores (CUT), por seu lado, demonstra que o poder de compra do atual salário mínimo é o mais baixo das últimas duas décadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) registra redistribuição de renda entre 94 e 95: os 50% mais pobres aumentaram 1,2% sua participação, enquanto os 20% mais ricos perderam 2,3%. No que é contestado por vários críticos que acham óbvios indícios de concentração de renda a "ajuda a ban-

queiros quebrados" e os altos juros. Por falar nesses, o governo mostra que a taxa efetiva de juros caiu mais da metade, desde março de 95. As empresas e o comércio, porém, continuam citando os juros como o grande vilão da economia.

Quem tem razão nessa grande confusão de números e interpretações? A melhor resposta é: em vários momentos, o governo, em outros, a oposição, por vezes ambos, em certos casos ninguém. Certo está o governo quando afirma que o fim da inflação propiciou aumento da renda na base da pirâmide social e o juro para o aplicador caiu. Correta também fica a oposição dizendo que o salário mínimo referido à cesta básica vem perdendo poder aquisitivo há muito tempo e a taxa de empréstimo continua altíssima por causa do compulsório e da cunha fiscal. Os críticos, porém, esquecem-se de mencionar que o número de pessoas que estão no nível do mínimo tem diminuído. E os índices de desemprego acima de 15% restringem-se à Grande São Paulo. O governo, por sua vez, passa por alto sobre o crescimento do emprego infor-

mal, que já ultrapassa 51% dos trabalhadores brasileiros.

Final, de que servem os números senão para meras referências de um determinado contexto histórico, dando suporte às "verdades" ou ideologias do momento? Se alguém quer provar que o desemprego real — que se julga fruto de uma sociedade capitalista injusta ou de um governo incompetente — é muito maior, questiona a validade de o emprego informal constar da estatística. Faz o contrário se quer mostrar a vitalidade dos setores não formais e a capacidade do sistema de manter baixo o desemprego. E assim por diante.

Não é à toa que o sociólogo e historiador francês Alain Desrosières, autor de *A Política dos Grandes Números*, vê a utilização das estatísticas na política com certo cinismo. Ele acha que o importante não é que os números sejam confiáveis, mas sim que a sociedade aceite discutir a partir deles. Um pouco parecido com o nosso: "A versão é mais importante que o fato". Desrosières lembra que, também na França, ninguém sabe quantos desempregados existem. Lá, como aqui, tudo depende do método e das convenções sociais utilizadas. É incompreensível para as pessoas, porém, que os números não batam. Estamos acostumados à idéia realista de que cada objeto corresponde a um número preciso.

Com tantos números contraditórios, medindo coisas semelhantes, o natural maniqueísmo de parte da imprensa encontra farto pretexto para trocar ética por ideologia e sensacionalismo. Muitas vezes a busca da exatidão, o equilíbrio e checagem das fontes cedem à confusão dos números. Se são tantos, por que não usar o que mais convém?

Claro que as estatísticas são importantes. E, quanto mais exatas, mais contribuem para a discussão lúcida das questões sociais e econômicas. A sociedade, porém, tende a creditar nos números se confia em quem os divulga. Se for o governo, a confiança dependerá da disposição da população em identificar-se com os aspectos simbólicos do seu discurso. No caso do Brasil, apesar de oscilações recentes, as pesquisas de opinião demonstram que a credibilidade do governo atual ainda está solidamente assentada na estabilidade da moeda e na boa imagem pública do presidente. Enquanto continuar assim, o País seguirá acreditando no governo porque continuará se afinando com suas intenções. Esse precioso e fugaz capital desenha a tênue linha divisória que definirá o vencedor da guerra dos números.

■ Gilberto Dupas, consultor, é membro do Instituto de Estudos Avançados da USP e do conselho diretor da FGV-SP